



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR - 9



Processo : TC-4646.989.18-6
Entidade : Prefeitura Municipal de São Roque
Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais
Exercício : 2018
Período examinado : 1º Quadrimestre de 2018
Prefeito : Sr. Cláudio José de Góes
CPF N° : 055.745.858-71
Relator : Conselheiro Antonio Roque Citadini
Instrução : UR-9 – Sorocaba / DSF-I

Senhora Chefe Técnico da Fiscalização da Seção UR-9.1,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo Órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-30.973/026/00, registramos a notificação do Sr. Cláudio José de Góes, responsável pelas contas em exame (documento em anexo).

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do município:

DESCRIÇÃO	FONTE/DATA	DADO
POPULAÇÃO	IEG-M/2017	85.059 habitantes
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Audesp/2017	R\$ 252.607.762,16

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2015	2016	2017
IEG-M	B	B	C+
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B	B+	B
i-Educ	B+	A	B
i-Saúde	B+	B+	B
i-Amb	B	B	C
i-Cidade	B+	B+	B
i-Gov-TI	B	B	B

Índices de 2017 após verificação/validação da Fiscalização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR - 9



A Prefeitura analisada obteve, nos 3 (três) últimos exercícios apreciados, os seguintes **PARECERES** na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2015	2450/026/15	Favorável com recomendações ¹
2014	358/026/14	Favorável com recomendações ²
2013	1885/026/13	Favorável com recomendações ³

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M - Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e da fiscalização ordenada;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pelo Chefe do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das eventuais denúncias, representações e expedientes diversos;
6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste E. Tribunal de Contas do Estado.

O presente Relatório Quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

¹ Decisão com Trânsito em Julgado em 21/6/2017.
² Decisão com Trânsito em Julgado em 13/6/2016.
³ Decisão com Trânsito em Julgado em 6/8/2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR - 9



Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da Fiscalização do 3º Quadrimestre (fechamento do exercício), oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A.1.1. CONTROLE INTERNO

Referido item não foi selecionado para verificação *in loco* no quadrimestre em análise.

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

Referido item não foi selecionado para verificação *in loco* no quadrimestre em análise.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, no qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO⁴

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$	
(+) RECEITAS REALIZADAS	83.313.612,67	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	97.217.641,65	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	3.000.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA		
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-16.904.028,98	-20,29%

Dados extraídos do Sistema AUDESP: Relatório de Instrução juntado neste evento.

⁴ Destacamos o empenhamento global, ao início do exercício, das despesas de caráter obrigatório e contínuo, gerando o déficit apurado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR - 9



B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema AUDESP, referente ao 1º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.2. IEG-M – I-FISCAL

Referido item não foi selecionado para verificação *in loco* no quadrimestre em análise.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema AUDESP, apresentou os seguintes resultados:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	38,38%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	24,82%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	24,27%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	87,60%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	86,68%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	84,07%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	75,40%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	74,48%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	72,27%

Dados extraídos do Sistema AUDESP: Relatório de Instrução juntado neste evento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR - 9



No período examinado e com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentuais de aplicação desfavoráveis ao atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e no § 2º do artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

Nos termos do artigo 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o Município alertado**, por 9 vezes, consoante Notificações de Alertas juntados no presente evento.

C.2. IEG-M – I-EDUC

Referido item não foi selecionado para verificação *in loco* no quadrimestre em análise.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	23,87%
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	19,58%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	19,07%

Dados extraídos do Sistema AUDESP: Relatório de Instrução juntado neste evento.

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

Referido item não foi selecionado para verificação *in loco* no quadrimestre em análise.

D.2.1. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE

A fiscalização operacional consiste em uma das vertentes de atuação deste Tribunal, que encontra respaldo nas disposições dos artigos 32 e 33 da Constituição do Estado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR - 9



Para o desempenho dessa atividade, contemplou-se a avaliação do cumprimento dos programas de governo e do desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionadas, em relação aos seus objetivos, metas e prioridades, bem como quanto à alocação e uso dos recursos públicos.

Em relação à aplicação na saúde, referente ao exercício de 2018, a fiscalização tem por objeto e órgão envolvido os seguintes:

Órgão	Objeto da fiscalização	
Secretaria Municipal de Saúde	Análise da Efetividade dos Programas de Saúde	<p>Atendimento da Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalações físicas; - Equipamentos; - Estoque e controle de medicamentos; - Controle de presença dos médicos e outros profissionais da saúde. <p>Programa 42 - Gestão do SUS.</p> <p>Programa 43 - Assistência Farmacêutica.</p> <p>Programa 47 - Atenção Básica.</p>

A fiscalização objetivou apurar a efetividade dos programas relativos à Saúde, especificamente nas Unidades de Saúde geridas pelo próprio Executivo local. Para tanto, nas visitas, verificamos se algumas condições essenciais para que isso ocorresse estavam plenamente satisfeitas - tais como: as instalações, os equipamentos, o estoque e o controle de medicamentos e o controle de presença dos profissionais da área (especialmente médicos), dentre outros fatores.

Foram selecionadas as seguintes unidades para o acompanhamento:

Relação de Unidades de Saúde visitadas
Posto de Saúde da Vila Nova São Roque
Posto de Saúde de Mailasqui
Centro de Saúde II - Dr. José Carvalho Brito
Unidade Básica de Saúde Central



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR - 9



A respeito das instalações físicas das unidades de saúde, anotamos, de forma geral, a ausência de manutenção de próprios municipais, merecendo destaque as seguintes situações:

- a) Presença de infiltrações, trincas e mofo;
- b) Banheiros sem manutenção e/ou com falta de assentos sanitários;
- c) Inexistência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Verificamos, também, as seguintes ocorrências relativas aos equipamentos:

- a) Ausência de fonte alternativa de energia (gerador) para os refrigeradores;
- b) Existência de extensões e adaptadores para ligação de aparelhos eletrônicos.

Anotamos, ainda, as seguintes ocorrências relativas ao controle e estoque dos medicamentos:

- a) Ausência de controle informatizado;
- b) Divergências na contagem física dos medicamentos em comparação com os registros;
- c) Espaço para armazenamento inadequado.

Quanto ao controle de presença dos profissionais da saúde, constatamos as ocorrências a seguir:

- a) Ausência de controle do tempo de atendimento dos pacientes nas Unidades de Saúde;
- b) Não afixação de escala de profissionais da saúde na área acessível ao público;
- c) Insuficiência de profissionais médicos, de forma a causar grande demora na realização de consulta após sua marcação.

Em pesquisa com alguns usuários das Unidades de Saúde vistoriadas, constatamos que a satisfação dos mesmos quanto aos referenciados serviços é tida como regular.

As ocorrências envolvendo as questões/tópicos retro indicados encontram-se exemplificadas no relatório fotográfico a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR - 9



Pintura das paredes em condições precárias



Infiltrações e mofo



Infiltrações e mofo



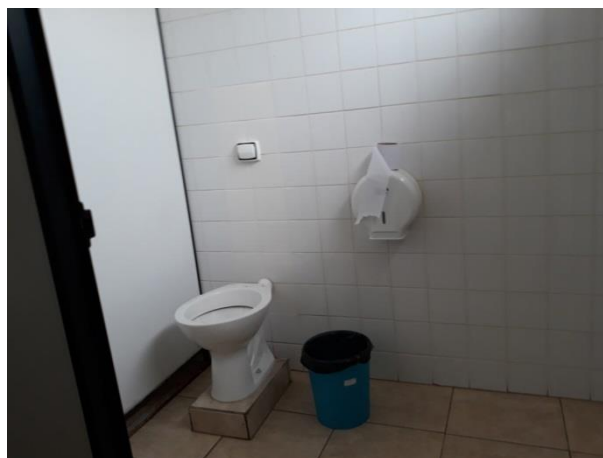
Infiltrações, mofo e
acondicionamento irregular de
medicamentos



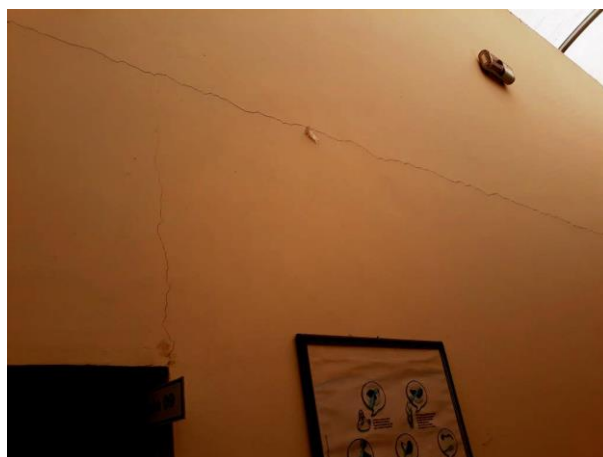
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR - 9



Falta de assento sanitário



Banheiro necessitando de manutenção



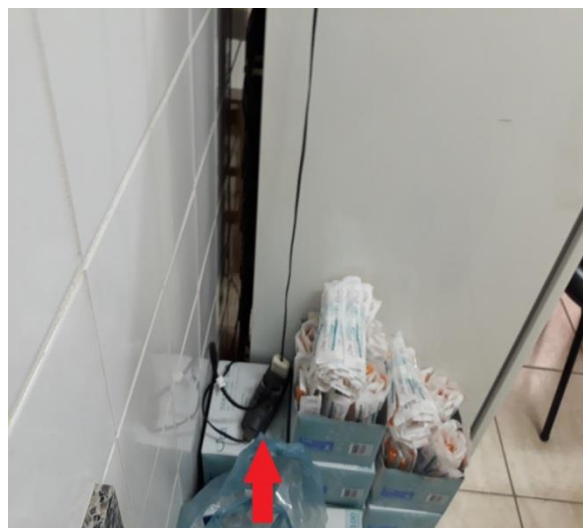
Rachaduras nas paredes



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR - 9



Uso de extensões e adaptadores para ligação de aparelhos eletrônicos



Local inadequado para guarda de materiais



Compartilhamento indevido de ambientes para inalação e coleta de exames



Estabelecimento necessitando de manutenção



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR - 9



PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB

Referido item não foi selecionado para verificação *in loco* no quadrimestre em análise.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE

Referido item não foi selecionado para verificação *in loco* no quadrimestre em análise.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema AUDESP.

G.2. IEG-M – I-GOV TI

Referido item não foi selecionado para verificação *in loco* no quadrimestre em análise.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Referido item não foi selecionado para verificação *in loco* no quadrimestre em análise.

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

Não constatamos, no período, desatendimento à Lei Orgânica deste e. Tribunal de Contas do Estado.

Anotamos descumprimentos dos prazos dispostos nas Instruções nº 2/2016, tratados em autos próprios (TC-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR - 9



10814.989.18-2), nos termos da Resolução nº 6/2012, tendo como Julgador Singular o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Robson Marinho.

O atendimento às recomendações desta E. Corte de Contas não foi item selecionado para verificação no quadrimestre em análise.

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL (ENSINO): percentuais de aplicação desfavoráveis;

D.2.1. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE: apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados;

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL: desatendimento às Instruções desta Corte.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.1 - Sorocaba, em 13 de setembro de 2018

Renato Sergio de Barros
Agente da Fiscalização